

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **RECURSO ESPECIAL Nº 1.793.701 - SP (2019/0019662-8)**

**RELATORA** : MINISTRA NANCY ANDRIGHI  
**RECORRENTE** : NOTRE DAME INTERMEDICA SAUDE S.A  
**ADVOGADO** : YOON HWAN YOO - SP216796  
**RECORRIDO** : A.F.L. PLASTIC POLIURETANO E PLASTICOS INDUSTRIAIS  
LTDA  
**ADVOGADO** : WILSON ROBERTO FLORIO - SP188280

### **EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. FUNDAMENTAÇÃO. AUSENTE. DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 282/STF. REEXAME DE FATOS. INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. INADMISSIBILIDADE.

1. Ação declaratória c/c indenização por danos morais, fundada na indevida rescisão unilateral do contrato de plano de saúde.
2. A ausência de fundamentação ou a sua deficiência importa no não conhecimento do recurso quanto ao tema.
3. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados impede o conhecimento do recurso especial.
4. O reexame de fatos e a interpretação de cláusulas contratuais em recurso especial são inadmissíveis.
5. Recurso especial não conhecido.

### **DECISÃO**

Cuida-se de recurso especial interposto por NOTRE DAME INTERMÉDICA SAÚDE S/A, fundamentado, exclusivamente, na alínea “a” do permissivo constitucional.

**Recurso especial interposto em:** 05/04/2018.

**Concluso ao gabinete em:** 05/02/2019.

**Ação:** declaratória c/c indenização por danos morais com pedido de tutela antecipada para continuidade do contrato do plano de saúde por tempo indeterminado, ajuizada por AFL PLASTIC POLIURETANO E PLÁSTICOS INDUSTRIAIS LTDA, em face da recorrente, fundada na indevida rescisão unilateral do contrato de plano de saúde.

**Sentença:** julgou parcialmente procedente a pretensão da recorrida,

# *Superior Tribunal de Justiça*

para declarar a manutenção do contrato.

Consignou que a rescisão do contrato se deu com base no desequilíbrio econômico/financeiro, prevista na cláusula 20.1.1, e que a perícia realizada não teria apurado tal desequilíbrio.

Destacou que o contrato não previu a denúncia imotivada e rejeitou o pedido de compensação por danos morais.

**Acórdão:** negou provimento às apelações interpostas pela recorrente e recorrida, nos termos da seguinte ementa:

SENTENÇA - NULIDADE - Julgamento extra petita - Inocorrência - Determinação de manutenção da autora no plano de saúde - Pretensão inicial decidida nos limites da causa - Preliminar afastada.

PLANO DE SAÚDE - CONTRATO EMPRESARIAL - Rescisão unilateral pela operadora, fundada em que o fez sob o fundamento de que havia o desequilíbrio econômico/financeiro na relação contratual - Ausência de interesse na continuidade do contrato, mediante prévia notificação - Atitude, contudo, fundada no aumento da sinistralidade em 99% - Laudo pericial conclusivo, no entanto, de que, excluídos quatro meses, ao longo de quatro anos, os resultados do plano mostraram-se amplamente favoráveis à ré - Afronta aos princípios da função social do contrato e. da boa -fé objetiva - Incidência da Lei nº 9.656/98, sem prejuízo das normas cogentes do Código de Defesa do Consumidor - Sentença que determina a manutenção do contrato, conservada - DANO MORAL não caracterizado - Mero inadimplemento contratual - Situação que não ultrapassou o mero aborrecimento ou dissabor\_ do cotidiano Ausência- de -lesão a direito -da- personalidade - Indenização indevida - Sentença de parcial procedência, mantida.

Apelos não providos.

**Recurso especial:** alega violação do art. 188, I, 478 e 479, do CC/02 e do art. 13, II, da Lei 9.656/98.

Sustenta que a recusa da manutenção do plano de saúde decorreria do exercício regular de um direito, motivo pelo qual deveria ser reconhecido o seu direito em rescindir o contrato de plano de saúde.

Defende a inaplicabilidade do art. 13 da Lei 9.656/98, que seria admitida a rescisão unilateral do contrato e que, caso abusiva, a rescisão imotivada deveria ser convertida em perdas e danos.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Alega que não teria cometido qualquer ato ilícito e que a rescisão teria ocorrido em razão da onerosidade excessiva decorrente do alto índice de sinistralidade.

**Admissibilidade:** o recurso foi admitido na origem pelo TJ/RS.

**É O RELATÓRIO. DECIDO.**

**- Julgamento: CPC/15**

**- Da fundamentação deficiente**

Os argumentos invocados pelo recorrente não demonstram como o acórdão recorrido violou o art. 479 do CC/02, o que importa na inviabilidade do recurso especial ante a incidência da Súmula 284/STF.

**- Da ausência de prequestionamento**

O acórdão recorrido não decidiu acerca dos argumentos invocados pelo recorrente em seu recurso especial quanto à violação dos arts. 188, I, 478 e 479, do CC/02 e do art. 13, II, da Lei 9.656/98, indicados como violados. Por isso, o julgamento do recurso especial é inadmissível. Aplica-se, na hipótese, a Súmula 282/STF.

**- Do reexame de fatos e da interpretação de cláusulas contratuais**

Alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere à conclusão acerca da impossibilidade de rescisão em razão da ausência de demonstração do desequilíbrio da relação econômico-financeira do contrato, exige o reexame de fatos e a interpretação de cláusulas contratuais, vedados em recurso especial pelas Súmulas 5 e 7, ambas do STJ.

Forte nessas razões, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15, NÃO CONHEÇO do recurso especial.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão,

# *Superior Tribunal de Justiça*

se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação ao pagamento das penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de novembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Relatora

